

Peres aponta golpe eleitoral na cédula

Cabos eleitorais devidamente treinados já começaram o seu "trabalhinho" no sentido de confundir os eleitores brasilienses "orientando-os" para que votem em senadores da mesma chave, anulando dessa forma o voto, caso constatem que essa pessoa não vai votar nos partidos pelos quais eles (os cabos eleitorais) foram contratados. Esta denúncia foi feita ontem pelo candidato ao Senado pelo PDC-DF, Alberto Peres, que vê na cédula a inspiração dessa fraude.

"Trata-se de um golpe eleitoral, que é mais uma arma utilizada por aqueles que estão promovendo o abuso do poder econômico, prejudicando os pequenos partidos que ficam sem condições de reagir por absoluta falta de recursos. Ao mesmo tempo que aplicam esse expediente criminoso, esses grandes partidos mandaram imprimir milhões de cédulas eleitorais e estão recrutando centenas de instrutores para orientar seus eleitores antes da votação, como também já contrataram milhares de cabos eleitorais para o proibido trabalho de boca-de-urna", explicou.

A INGENUIDADE

A multiplicidade de candidatos nas cédulas eleitorais de Brasília será o principal fator de confusão para um eleitorado que vota pela primeira vez e que "não está recebendo instruções como devia, agora até muito ao contrário", garante Alberto Peres, que faz uma estimativa de cerca de 30% de votos anulados pelo não preenchimento correto das cédulas.

"Mas a culpa não é especificamente de ninguém. E de certa forma essa cédula que está aí é uma demonstração de nossa grande ingenuidade, isto é, ingenuidade democrática dos candidatos brasilienses. E mais uma vez, por uma mera coincidência, essa cédula foi feita para beneficiar os poderosos, os candidatos ricos. E assim pacificamente aceitamos a imposição dessas malfadadas sublegendas, que são resquício da ditadura", acrescentou Peres.

Ele não esconde o receio de que a sua sigla venha a sofrer prejuízos de votos anulados por entender que "muitas pessoas que são amigas ou admiradores vão votar em mim e no Newton Rossi, sem saber que só podem escolher apenas um de nós dois". Disse também que pretende levar o problema ao conhecimento do TRE possivelmente amanhã, através da Frente Brasiliense de Eti-

ca Partidária. A entidade vai se reunir para tratar da seguinte pauta: avaliação dos recursos impetrados na Justiça Eleitoral contra o abuso do poder econômico, divulgação de pesquisa eleitoral e horário de propaganda gratuita em rádio e televisão, fiscalização conjunta das eleições e respectiva apuração; e orientação ao eleitor de como votar (cédula eleitoral).

A PROPAGANDA

Alberto Peres esteve ontem com o governador José Aparecido para pedir o apoio do GDF no sentido de evitar "o triste espetáculo dos votos anulados".

"Considerando que o TRE já deixou claro a impraticabilidade de modificar a cédula, o que é bastante compreensível, vamos também solicitar a esse órgão a sua participação efetiva numa grande campanha de esclarecimento popular", disse Peres.

Sobre a campanha de seu partido, o fundador do Ceub e atual presidente do Clube dos Pioneiros diz que estão trabalhando 24 horas por dia, "na esperança de eleger dois deputados e um senador, na coligação do PDC com o PL e PMB". E explica a razão: "nossos candidatos são bem aceitos por sua postura digna e por seus projetos afinados com a doutrina da democracia cristã". Ele aposta também na vitória de Mauro Borges (para o governo de Goiás) cuja supremacia continua resistindo ao peso da máquina do governo estadual.

Entre as dificuldades encontradas pelo PDC brasiliense, Alberto Peres aponta "os recursos permitidos pelo TRE, que são totalmente insuficientes", mostrando o outro lado da medalha: "Quem não obedece a Justiça Eleitoral e abusa do poder econômico, está superando tranqüilamente esse problema, fraudando a vontade do eleitor menos avisado".

Como desvantagem, ele cita o reduzido espaço que os partidos pequenos têm na propaganda eleitoral gratuita. Segundo Peres, o PDC-DF dispõe de 1 minuto e 42 segundos, enquanto o PMDB dispõe de 22 minutos e o PFL de 18 minutos.

"O poder econômico e o poder político continuam dando as cartas em um País que ainda não conseguiu consolidar a sua democracia. E o curioso é que a distribuição dos horários na tevê é de uma legislação votada em plena Nova República, mas com os mesmos cavalheiros do Apocalipse do poder, não admitindo parceleros e nem concorrentes", conclui Peres.



Alberto Peres vê a cédula inspirando a fraude